



PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E DEMISSÕES APAGARAM O BRASIL

O dia 15 de agosto estava marcado no calendário da Eletrobras como mais um Eletrobras Day, momento em que a alta direção interage no sentido de mostrar os feitos e planos para a empresa. Agora, a agenda dá lugar ao apagão que atingiu todo o Brasil (exceto Roraima, que não se encontra no Sistema Interligado Nacional). Seria cômico se não fosse trágico, o Eletrobras Day terá de ser remarcado porque faltou luz.

Os efeitos perversos da privatização da Eletrobras, alertados pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários e ignorados por quem atuou com todas as suas forças para privatizar a maior empresa do Sistema Elétrico da América Latina, responsável por aproximadamente 25% da geração e 40% da transmissão.

A identificação das causas do apagão anunciado poderá demorar mais devido à falta de quadro técnico experiente e capacitado alvo dos desligamentos desenfreados por parte da Eletrobras. Da mesma forma, o tempo de recomposição do Sistema será maior, pois a redução drástica do quadro de pessoal em todas as empresas da Eletrobras traz essa consequência. A própria empresa afirmou que, quando dos vandalismos em torres de transmissão, tiveram que retardar a saída de quadros técnicos experientes para lidar com a situação. Apesar de reconhecer a fragilidade, falou mais alto o discurso de redução de despesas com pessoal. Essa é a triste realidade imposta pela privatização inconsequente da Eletrobras.

Uma tragédia anunciada. Diversos foram os alertas do CNE, que incluíram os pedidos de suspensão dos sucessivos desligamentos na empresa. Ainda em dezembro, mesmo sendo um governo de transição, foi solicitada a suspensão dos desligamentos para a Eletrobras privada – pedido ignorado solenemente. Mais uma vez o CNE, alertou diversas instancias do Governo, tanto da falta de quadros técnicos, quanto de descumprimentos de normativos de segurança Brasil a fora. O MME chegou a solicitar à Eletrobras, em 20 de julho, que

avaliasse a suspensão dos desligamentos, preocupado com o sistema elétrico brasileiro devido à saída de profissionais altamente qualificados e os reflexos para a prestação de serviços, até o momento sem resposta.

Não se trata apenas da falta de quadros técnicos no Sistema Eletrobras, há também o reflexo da gestão do medo na atuação destes profissionais. A Eletrobrasidade da Eletrobras de Lemann, tem por base sobrecarregar o quadro técnico, descumprir normas de segurança, aumentar os acidentes de trabalho, diminuir salários e benefícios – enquanto aumentam suas próprias remunerações em 3.000%, e a consequência é o adoecimento do quadro técnico. Depressão, síndrome do pânico, atentados às próprias vidas são situações corriqueiras na categoria eletricitária.

A saída do presidente Wilson Ferreira Pinto Jr. é outro capítulo nessa história. “Sequestrado” da Vibra após a privatização da Eletrobras pelo grupo 3G, ele renunciou na noite de ontem. Assume em seu lugar Ivan Monteiro, o articulador do grande acordo da 3G segundo reportagem da Folha de SP. É sabido que havia desgaste entre o ex-presidente e o Conselho de Administração, mas a saída de Wilson Pinto levanta uma lebre: ganhou o mercado financeiro? Apesar de controverso, Wilson Pinto conhece o setor elétrico, o novo presidente, conhece de cifras. A política de gestão, baseado em cifras escancarou a fraude das Americanas, será esse o futuro da Eletrobras?

Urge que o STF se pronuncie sobre a ADI 7.385, de maneira que o Estado possa se manifestar e atuar nos atos de gestão da empresa em que mantém quase 46% das ações. É inadmissível que a sociedade brasileira fique à mercê do mercado financeiro, enquanto, a segurança nacional fica em segundo plano. A reestatização de grandes empresas do setor de energia mundo a fora, como a EDP na França, dá o tom que o Brasil deve seguir, empresas de prestação de serviço essencial devem ser valorizadas e estatais.